

A abordagem ecológica e os paradoxos da cidade

Alba Zaluar

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

RESUMO: O artigo discute as limitações da tese que vincula a pobreza à criminalidade violenta com base nas novas teorias ecológicas sobre a concentração de certos crimes em áreas urbanas. Considera-se que o enfraquecimento de laços interpessoais, intergeracionais e interpares favorece o esgarçamento do tecido social, além de propiciar a impunidade, pois o que distingue as vizinhanças pobres das prósperas, mesmo aquelas em que há níveis semelhantes de crimes nelas cometidos, é o grau de registro dos crimes, mais baixo nas primeiras. A diversidade e o anonimato, concomitantes à maior liberdade dos cidadãos *vis-à-vis* senhores e figuras de autoridade em domínios privados, vieram acompanhados da diminuição dos controles sociais informais sobre os jovens devido aos laços sociais enfraquecidos e à falta de confiança entre vizinhos, o que resultaria no aumento da criminalidade. Este é o cerne da abordagem ecológica discutida à luz da situação vivida no Rio de Janeiro e seus paradoxos.

PALAVRAS-CHAVE: violência, juventude, pobreza, vizinhança, controle social informal, confiança, polícia, ecologia humana.

Hoje, apesar de acirrados debates sobre os determinantes, há certo consenso de que houve um aumento no crime urbano que ultrapassa o crescimento demográfico das cidades em todos os continentes. Entre 1975 e 1996 o acréscimo médio foi estimado entre 3% e 5%, embora com variações no tempo, no local e no padrão criminal. Uma das hipóteses que tenta dar conta disso é a de que a proteção social e o controle informal exercidos nas comunidades locais foram perdendo importância em virtude da perda de poder de seus atores. A diversidade social e o anonimato das cidades eliminariam a participação comunitária

ou a tornariam mais difícil. Do mesmo modo, ao contrário do que aconteceria nas comunidades rurais e nos bairros de trabalhadores pobres onde, às vezes, formas de apoio e proteção para enfrentar a pobreza fortaleceram a solidariedade interna da classe social, nas cidades pós-industriais e da sociedade de risco, o enfraquecimento de laços interpessoais, intergeracionais e interpares favoreceu a fragmentação social e o esgarçamento do tecido social.

Nesse quadro de desagregação, a ação criminoso teria perdido uma importante fonte de controle social – o exercido nas famílias e vizinhanças –, favorecendo o acréscimo nas taxas de criminalidade, que, por sua vez, exacerbou ainda mais a tendência à fragmentação. O círculo vicioso mostrou ainda mais vigor com o desenvolvimento de modalidades variadas de crime organizado, especialmente o que se desenvolveu em torno do tráfico de drogas e de armas (Vanderschueren, 1996), corroborado pelas pesquisas de campo realizadas no Brasil (Zaluar, 1985, 1994; Alvito, 1998; Dowdney, 2005).

Na América Latina e na África há evidências etnográficas de que os crimes decorrentes da manutenção e continuidade dos negócios ilegais do tráfico representaram a maior contribuição para o aumento dos crimes violentos. Nesses continentes, estudos indicam que o que distingue vizinhanças pobres das vizinhanças prósperas, mesmo aquelas em que há níveis semelhantes de crimes nelas cometidos, é o grau de registro dos crimes, mais baixo nas primeiras. A preservação de laços sociais entre vizinhos e o sentimento de insegurança, provavelmente, no caso brasileiro, exacerbado pelo alto grau de desconfiança nos policiais, paralisariam as pessoas para acusar os danos a elas causados. Segundo estudos internacionais, a impunidade relativa explica porque, embora criminosos sejam conhecidos pelos moradores de tais vizinhanças, uma espécie de *omerta*, ou lei do silêncio, ou cumplicidade forçada impede a denúncia daqueles. (Badiane, A. & Vanderschueren, F., 1995). As imagens da cidade e os significados da vida urbana foram sendo modificados no processo.

Teorias sobre a desagregação e a violência na cidade

As cidades foram criadas para a segurança de seus habitantes, que encontraram ali um espaço de proteção e liberdade que romperia os grilhões do sistema feudal. Foram as cidades que propiciaram, segundo autores clássicos e contemporâneos, o desenvolvimento da cidadania, da racionalidade econômica, de um sistema de leis válidas para todos e de novas formas de associação entre indivíduos, fora dos laços de parentesco e de servidão. Desde o clássico de Weber (1958) até as obras mais recentes de Godbout (1997) e Jacobs (1993), a liberdade é apresentada como uma conquista urbana. Essas novas formas de liberdade foram saudadas porque dissolviam laços de domínio dos poderes familiares e feudais que impediam o aparecimento de um poder público voltado para o povo (Habermas, 1994). Mas, simultaneamente, por atraírem pessoas vindas de diferentes lugares, com diferentes culturas, religiões, compromissos políticos e identificações, que apenas se esbarrariam nos novos espaços. As cidades teriam, então, comprometido o estabelecimento de relações duradouras entre seus habitantes. Este argumento negativo sobre a cidade colossal negligencia as diversas formas de interação social existentes no contexto urbano, desde a mais civilizada (na qual a cultura cívica de participação, e de respeito cosmopolita às diferenças entre os atores na cena urbana, passa a constituir as interações) até a mais violenta (na qual a luta pela sobrevivência e a disputa violenta do espaço são a tônica).

Não há dúvida de que o próprio sucesso das cidades criou dificuldades para a convivência entre seus moradores devido às diferentes origens, identificações, valores, conhecimentos, afiliações religiosas e políticas deles. A diversidade e o anonimato foram apontados como fatores para a ampliação da liberdade de ação dos cidadãos, mais livres de laços que criam obrigações com senhores e figuras de autoridade em domínios privados. Simultaneamente, foram associados à diminuição dos controles sociais informais sobre os jovens em formação

devido aos laços sociais enfraquecidos e à falta de confiança entre vizinhos, o que resultaria no aumento da criminalidade. A Escola Sociológica de Chicago vem desenvolvendo estudos nessa direção desde o início do século passado.

Nessa Escola, o foco passa a ser a desorganização social que poderia aparecer também por uma mudança brusca no meio urbano, seja pelo crescimento desordenado da cidade com cada vez maior densidade populacional, como Chicago e Nova Iorque, ou o abandono de outros espaços. Crises econômicas e políticas, além de catástrofes naturais, poderiam causar desorganização social, com repercussões sobre os indivíduos que seriam, por um afastamento dos padrões morais de seus grupos, levados a adotar comportamentos desviantes. Dois autores da Escola de Chicago – Thomas e Znaniecki – concentraram seus estudos sobre os imigrantes poloneses. Para eles, os descendentes dos imigrantes, ao se estabelecerem na metrópole, adquirem novas práticas de consumo, novos valores que diminuem a solidariedade interna à família e à comunidade da vizinhança onde permanecem como estrangeiros. Disso resulta menos controle sobre crianças e jovens, o que favoreceria a delinquência juvenil. Entre os delinquentes, 70% eram filhos de imigrantes, 92% eram meninos, 45% dos quais acusados de roubo no final do século XIX, no auge das levas de imigrantes para os Estados Unidos (Savage, 2009, *apud* Ribeiro, 2009).

Estava posta para a Escola de Chicago, desde o início do século XX, uma tensão entre, de um lado, o paroquialismo comunitário que prioriza as relações face a face, a estabilidade da residência e a uniformidade cultural entre vizinhos, e, de outro lado, a artificialidade, o anonimato e a liberdade da vida urbana, agitada e alienadora. Esta ambivalência em relação à vida urbana moderna poderia ser resolvida, ou seria necessário escolher entre as vantagens das pequenas comunidades e o papel civilizador da cidade com os benefícios da modernidade, visto que o crescimento das cidades na era industrial era inexorável? Os grandes autores dessa importante escola de pensamento sociológico concluem que a cidade tem um papel na história universal que é civilizador

e emancipador, pois combina anonimato e desarraigamento, liberdade e cosmopolitismo. O que importa é a multiplicidade de dimensões e as variadas tendências nela presentes. Ou seja, haveria muitas possíveis combinações de economia, política, cultura e sociedade em cada cidade. Haveria muitas cidades, embora em todas se encontrasse o anonimato e o desarraigamento. O cosmopolitismo seria apenas um dos horizontes possíveis.

Entre os pontos positivos da Escola de Chicago está a grande motivação para discutir as transformações políticas e urbanísticas da metrópole, e interferir de forma mais eficaz no espaço urbano, de modo a minorar os problemas dela. Para fazer frente ao processo de delinquência juvenil, soluções foram apontadas: a reorganização das atitudes destes jovens – de preferência com a inserção no mercado de trabalho –, a mudança dos valores religiosos, os investimentos na educação (Savage, 2009, pp. 88) e o fortalecimento de instituições de ajuda mútua. Outros autores, tais como William Foote-Whyte (1943), criticam o conceito de desorganização social, argumentando que pode haver organizações diferentes, especialmente na família e na vizinhança, organizações estas que não seriam geridas por normas explícitas.

Hoje, os continuadores da Escola de Chicago focalizam o espaço urbano em sua diversidade para localizar aquelas áreas onde a desorganização social e, portanto, o controle social, estaria mais enfraquecido. O foco é posto no esgarçamento dos mecanismos habituais de controle que moradores teriam sobre os espaços onde vivem. A ecologia da cidade, neste caso, é reduzida à forma e ao grau de controle social sobre as várias formas de ações desviantes que ali poderiam vir a se manifestar. A pesquisa se limita a entender o que vem a esgarçar os laços entre moradores de comunidades e vizinhanças, impedindo-os de exercer o controle social informal sobre futuros predadores (Shaw & Mackay, 1969), conseqüentemente favorecendo as oportunidades para a ocorrência de diversos delitos (Cohen & Felson, 1979), e impedindo a cooperação entre moradores e agentes do controle público, ou seja, o sistema de justiça.

Os estudos quantitativos demonstram que as variáveis tais como a desigualdade econômica, a estrutura populacional, a densidade demográfica e a taxa de desemprego estão associadas significativamente aos homicídios. Pessoas de estratos sociais marcados pela baixa renda, baixa escolaridade, famílias chefiadas por mulheres, com altas taxas de gravidez na adolescência moram em bairros superpovoados e, no Brasil, favelas. Mas tais bairros são marcados também pela escassez de órgãos e serviços públicos, quando comparados com as regiões abastadas, sugerindo que o nó estaria também na articulação entre poder público e a organização local.

Assim, além do uso de variáveis socioeconômicas e individuais agregadas, a compreensão de fatores relacionados ao espaço urbano tem se constituído em terreno profícuo de investigação criminológica de base qualitativa. O modelo ecológico de geração do crime busca a compreensão da natureza multifacetada da violência e a identificação dos fatores que influenciam o comportamento, aumentando o risco de cometer ou de ser vítima de violência. A análise ecológica das distribuições dos delitos criminais em centros urbanos nos conduz a questões de natureza prática e teórica. A questão é: por que alguns bairros e localidades de uma cidade têm altas taxas de criminalidade? As respostas tornam a pesquisa de campo etnográfica imprescindível.

Uma das respostas tem a ver com mecanismos de controle que são desenvolvidos em áreas específicas dos centros urbanos, continuando a preocupação com a desorganização social da Escola de Chicago, segundo a qual o uso dos espaços comuns nos centros urbanos é caracterizado pela presença ou não de pessoas estranhas interagindo com pessoas residentes em uma mesma área. A preocupação aqui é com essa capacidade de controle social mais evidente nas áreas residenciais e homogêneas das vizinhanças, porém muito mais difícil nas áreas centrais e comerciais onde desconhecidos se cruzam. Em áreas comerciais há a ocorrência de encontros frequentes com desconhecidos, ao contrário das áreas residenciais em que predominam relações face a face de longa duração,

a partir de valores comuns e de mecanismos de controle informal. Aqui fica clara a dinâmica centro *versus* periferia das cidades americanas, onde os subúrbios são constituídos de bairros exclusivamente residenciais, mais afastados do Centro que adquire variadas funções e desenvolve o que se denominou “zona moral” desagregada e violenta. Segundo essa teoria, apenas nas comunidades em que os valores morais e regras culturais fossem homogêneos e os laços sociais estáveis, a intervenção comunitária poderia ser mantida.

A hipótese da desorganização social tomou, assim, novas dimensões, debitando a maior incidência de crimes não às características socioeconômicas das pessoas, mas às das comunidades, cidades, bairros e vizinhanças (Bursik, 1986), ou à “eficácia coletiva” no controle do comportamento de seus habitantes (Sampson *et al.*, 1997). Isto porque as áreas com maior privação relativa e absoluta aumentariam a mobilidade e heterogeneidade populacional, o que, por sua vez, provocaria a frouxidão dos laços sociais, diminuindo o controle social informal. Às características pessoais, medidas pelos dados censitários, deveriam ser acrescentadas as variáveis ecológicas: os laços sociais de confiança entre vizinhos, a homogeneidade de valores morais, os recursos institucionais (Sampson *et al.*, 2002), que pretendiam ser quantificadas mas que, de fato, ficaram circunscritas à observação e entrevistas dos moradores.

Porém, mesmo nas áreas centrais e mistas, a presença contínua e em grande número das pessoas, residentes e estrangeiros (transeuntes), nos espaços comuns é a condição primordial para a geração e manutenção da ordem nesses espaços (Jacobs, 1993). A conclusão é a de que a segurança nas cidades é originalmente produzida pela intensidade, ao longo do tempo, do fluxo de pessoas que passam, usam e permanecem nas ruas e calçadas das áreas da cidade, observando, interagindo e informando umas às outras o que acontece ao redor. Os transeuntes seriam como os “olhos” vigilantes que deteriam criminosos de cometer violações às leis vigentes, tornando-se predadores dos cidadãos, em cooperação com as organizações policiais existentes.

Em texto posterior, Sampson, Morenoff e Gannon-Rowley (2002) admitem vários outros mecanismos interligados que explicam as diferenças marcantes entre vizinhanças e sua relação com o crime. Primeiro, a conexão entre as desvantagens concentradas e o isolamento geográfico dos afro-americanos, ou seja, a segregação racial como variável da vizinhança que provoca a concentração de diversos problemas sociais vicinais, como desordem social e física, variáveis individuais, baixo peso ao nascer, mortalidade infantil, abandono da escola e abuso contra crianças, todas vinculadas também a variáveis familiares – por exemplo, famílias chefiadas por mulheres. Aqui os autores fazem uma concessão à ideia do gueto e reiteram alguns argumentos da teoria da exclusão.

Segundo, os autores desse novo texto de 2002 reconhecem explicitamente a contribuição da teoria do capital social para entender um dos mecanismos vicinais que foi mensurado, em diferentes estudos, pela densidade dos laços sociais entre vizinhos, a frequência da interação social entre vizinhos e os padrões que constituem a vizinhança. A eficácia coletiva seria apenas um desses mecanismos, por se referir à disposição ou à vontade dos vizinhos em intervir pessoal e diretamente no controle de jovens, o que também depende da confiança construída a partir desses laços, fruto de processos sociais complexos e carregados de sentidos para as pessoas envolvidas.

Terceiro, apontam o mecanismo dos recursos institucionais, que compreendem escolas, bibliotecas, centros de atividades recreativas, centros de saúde, agências de apoio a pais e jovens, oportunidades de emprego – o que nos interessa sobretudo, por ser revelador na comparação entre cidades brasileiras e cidades estadunidenses. Este mecanismo, segundo os autores, tem sido mensurado pelo número de organizações nas vizinhanças, mas não pela participação dos vizinhos nessas organizações, a ser observada pelo pesquisador. Ao falar em participação, os autores vinculam a eficácia coletiva ao que Putnam (2006) denominou participação cívica, claramente vinculada à ordem pública e suas instituições.

Como não discutem a habilidade ou a competência que vizinhos podem ter em usar seus vínculos políticos de modo eficaz, pois querem ressaltar a eficácia do controle informal da vizinhança, a análise é feita implicitamente em quadro institucional e político partidário, que pode ser único no país ou na cidade em foco. Seria, pois, necessário ampliar o escopo do estudo das vizinhanças como meio de controle social, portanto de ordem social, comparando não apenas vizinhanças em cidades, mas cidades em um país, principalmente cidades em diferentes países, por métodos quantitativos e qualitativos.

Pode-se dizer que Sampson e os demais autores descreveram não só a eficácia informal da vizinhança, mas também a capacidade de alguns sistemas político-partidários e de segurança pública em mobilizar e articular as redes de vizinhos potencialmente ativos em organizações para cooperar com o trabalho policial. Essa capacidade permanece no pano de fundo da análise, embora seja crucial para o entendimento de por que, em algumas vizinhanças de Chicago e não em outras; por que em Chicago e não em outras cidades dos Estados Unidos da América, por que em cidade dos Estados Unidos e não em outras cidades do mundo, vizinhos participam, informal e ativamente, da socialização dos mais jovens.

Hunter (1985), por sua vez, assinala que quando os adolescentes, não mais sob o controle familiar, saem para relações fora da ordem privada e começam a praticar incivilidades e crimes na vizinhança, rompe-se a interação entre o privado e o paroquial. E isto acontece quando igrejas, escolas, clubes de jovens, ligas de atletas deixam de prover o controle social dos jovens por dependerem principalmente do trabalho voluntário dos vizinhos. Ou seja, essas organizações vicinais são mais fundamentais na socialização dos adolescentes do que a intromissão informal de vizinhos. A desarticulação organizacional da vizinhança tem mais impacto sobre a criminalidade do que a da ordem privada, visto que pode fazer a vigilância que a polícia não tem meios suficientes para exercer. O autor conclui, então, que fortalecer as organizações vicinais, mais

do que caçar criminosos, é a saída para tais problemas de controle social, pois basear o controle social em tais organizações, que vão ajudar a controlar os jovens, libera a polícia para cuidar da ordem pública nos locais públicos, os quais envolvem encontros entre desconhecidos, ao contrário do que acontece na vizinhança, onde quase todos se conhecem.

Tais teorias adquiriram ainda mais importância nas últimas décadas do século passado por conta do aumento da violência cujas interpretações criaram um aceso debate. Uma delas é sobre a importância da teoria do crime organizado no século XX para entendermos o que se passa com os jovens, especialmente os originários das camadas mais pobres da população. Vários sociólogos urbanos assinalam as profundas associações entre o crime profissionalizado ou organizado e o capitalismo selvagem, entre os negócios ilegais e os legais, entre o desvio e o mundo convencional, os quais se interpenetram, contagiariam e superporiam (Matza, 1969, pp. 70-71; Hannerz, 1981, p. 54; Samuel, 1981).

Outra interpretação é a relativa à xenofobia e ao nacionalismo, usada na década de 70 para entender as *galères* nas cidades francesas, particularmente em Paris, quando as tensões e conflitos, decorrentes da imigração recente e da recusa à nacionalidade aos “estrangeiros” imigrados, teriam exacerbado sentimentos étnicos e nacionais. Tanto Dubet (1987) quanto Lagrange (1995) dão grande importância ao desmantelamento dos bairros operários e ao enfraquecimento do movimento operário como o pano de fundo para o aparecimento das galeras de jovens na periferia de Paris. O princípio explicador de sua conduta não seria a pobreza, mas a exclusão, termo que se refere a diversos processos simultâneos, entre os quais se inclui o desemprego, o afastamento da escola, a estigmatização pelo uso de drogas, o enfraquecimento dos movimentos sociais (novos e velhos), assim como a diluição dos laços sociais nos bairros operários e a própria ausência do conflito social, substituídos pelo vazio e pela raiva.

Ainda outra interpretação é a relativa à cultura jovem. Na Inglaterra, o aparecimento de estilos jovens na música, na maneira de se vestir, no uso de drogas ilegais e nas relações entre os sexos é recente: surge na década de 60, quando se formaram estilos de vida mimetizando estilos culturais norte-americanos, inclusive da música negra. Os sociólogos que estudavam a cultura operária procuraram os vínculos que ainda guardariam esses estilos jovens com sua cultura de origem, a operária (Hall, 1980), o que não foi problemático, visto que os grupos juvenis que se formaram para fazer música e desenvolver práticas recreativas vinham principalmente da classe operária. Depois, a Sociologia da Juventude foi se afastando da classe, cada vez mais fragmentada, precarizada e desorganizada.

Finalmente, mais um patamar deve ser analisado na discussão. A própria cultura da civilidade e o processo de pacificação dos costumes que transformaram a relação entre o Estado e a sociedade, dividida em classes sociais, etnias, raças, grupos de idade, gêneros, afiliações religiosas e assim por diante, mais claros em países europeus do que nos do continente americano, devem ser consideradas no entendimento das brutais diferenças nas taxas de criminalidade entre eles, ainda mais brutais no que se refere aos homicídios nos quais perderam suas vidas tantos jovens pobres e negros. Enquanto os países europeus haviam sofrido no século anterior um processo muito bem-sucedido de desarmamento de sua população civil, com a proibição de duelos, e o consequente monopólio da violência pelo Estado, nos Estados Unidos a Constituição continuou a garantir a qualquer cidadão o direito de ter e negociar armas. Em consequência de guerras civis nos Estados Unidos, Colômbia e México, para mencionar as principais, a posse de armas se espalhou pela população civil e o imaginário midiático cultuou a figura do homem armado que, sozinho, enfrenta todos os inimigos com um dedo rápido no gatilho.

Na Europa, a partir da Inglaterra, os processos de pacificação dos costumes, estudados por Norbert Elias, tiveram, segundo este autor, diversos aspectos

que interagiram para formar novas configurações relacionais (Elias & Dunning, 1993). Elias focaliza alguns dos que ocorreram na Inglaterra por meio do desenvolvimento do jogo parlamentar, no qual as partes em disputa passaram a confiar uma na outra de que não seriam mortas ou exiladas, caso perdessem o jogo. As regras acordadas seriam seguidas pelos parceiros que dele participassem no intuito de resolver conflitos verbalmente. Na sociedade assim pacificada, o monopólio legítimo da violência pelo Estado foi efetivado por modificações nas características pessoais de cada cidadão: o controle das emoções e da violência física, o fim da autoindulgência excessiva, a diminuição do prazer de infligir dor ao alheio. Este processo civilizador não foi, entretanto, uniforme em todas as classes sociais, cidades e países. Onde o Estado fosse fraco, um prêmio era colocado nos papéis militares, o que resultaria na consolidação de uma classe dominante militar (Elias & Dunning, 1993, p. 233). Onde os laços segmentais (familiares ou locais) fossem mais fortes, o que acontece em bairros populares e vizinhanças pobres, o orgulho e o sentimento de adesão ao grupo diminuem a pressão social para o controle das emoções e da violência física, resultando em baixos sentimentos de culpa no uso aberto da violência para resolver conflitos.

De todo modo, há enormes diferenças entre localidades, vizinhanças ou territórios em virtude da diversidade de engenharias institucionais e político-partidárias de cada país. Em alguns, gerações sucessivas de migrantes ocuparam partes das cidades, há um aumento impressionante nas taxas de criminalidade, espalham-se tanto o uso de drogas ilegais quanto as práticas violentas (armadas) do crime organizado e da polícia que o combate, seguidos pelo enfraquecimento da autoridade dos líderes comunitários e das associações vicinais nas áreas mais pobres das cidades. A atual configuração urbana é um dos obstáculos a se enfrentar para a reafirmação dos direitos fundamentais (tais como o direito à vida e ao ir e vir) entre a população mais vulnerável, mais afetada pela precariedade, desigualdade e pobreza, fatores agravados pela violência que

passa a reinar em algumas vizinhanças, e pelo medo, tanto de traficantes armados quanto da polícia. Mas é o quadro institucional incompleto ou falho que explica a submissão aos que darão respostas vicinais de autodefesa, despóticas no caso brasileiro, compondo grupos de extermínio ou “milícias” (Zaluar & Conceição, 2007).

O modo como se vinculam as localidades ao poder político dos representantes nas Assembleias e Câmaras e, por meio deles ou diretamente, ao poder Executivo da cidade ou do Estado é parte desse quadro não explicitado, na medida em que pode favorecer, incentivar ou bloquear a capacidade ou a disposição de vizinhos em se organizar para resolver problemas comuns, entre eles o controle sobre jovens em processo de socialização. Por exemplo, sabe-se que a prática do clientelismo via cabos eleitorais tem tido um efeito devastador ao minar a confiança que os vizinhos possam depositar em líderes locais que assumem este posto, para não falar do desalento em encontrar soluções que venham a ser verdadeiramente para o bem comum. Mais importante ainda são as formas de vinculação da vizinhança com as polícias locais e, portanto, a confiança nelas depositada pelos moradores. O papel da polícia como um ator estratégico no cenário urbano não pode ser ignorado. Isto por que o controle da violência nos espaços urbanos deteriorados dependerá em grande medida das formas pelas quais se dá a atuação da polícia nestes locais, e da relação que estabelece com os moradores que podem ser os “olhos da rua” (Jacobs, 1993) em cooperação com as polícias que têm, por definição, efetivo limitado.

As áreas degradadas ou subnormais da cidade

No Brasil, segundo o Censo do IBGE feito em 2000, havia 3.905 favelas, ou “áreas de habitações subnormais”, espalhadas no território nacional, tendo crescido 22,55% desde 1991, enquanto a população do país cresceu apenas 2,1%. Na cidade do Rio de Janeiro, havia cerca de 600 favelas no mesmo

ano, 50% das quais concentradas em uma das cinco áreas de planejamento da cidade, a AP3. Nessas centenas de favelas, o crescimento populacional foi de 2,4% de população favelada, enquanto que o da cidade foi de 0,4%, um índice europeu. Hoje, em 2010, são 1006 favelas, segundo o Instituto Pereira Passos, da Prefeitura do Rio de Janeiro. Portanto, embora menores, os números da cidade continuam preocupantes quanto ao crescimento contínuo das habitações irregulares, logo associado à informalidade e à ilegalidade, abrindo caminho para o fascínio exercido pelo crime organizado junto aos jovens mais vulneráveis, a partir dos anos 1970.

De fato, as favelas do Rio de Janeiro, que existem há mais de um século, sempre tiveram um lugar marcante no imaginário político e cultural da cidade. Ficaram registradas oficialmente como áreas de habitações irregularmente construídas, sem arruamentos, sem plano urbano, sem esgotos, sem água, sem luz, a partir das quais foi sendo formada a imagem de uma cidade bipartida, ou seja, uma imagem devedora de ordem social que se monta na clareza de quem são os amigos e os inimigos, uma ordem pré-moderna, das sociedades de pequena escala, dificilmente aplicável às metrópoles. Nestas, como lembra Bauman (2003), aparecem os estranhos não convidados, os que carregam as marcas do ambíguo e do misturado, os que partilham ao mesmo tempo da proximidade das relações morais e da distância do que não se conhece, firmando um terceiro elemento entre amigos e inimigos que outros autores denominam o espaço público.

Até hoje perderam elementos desta representação sintética e econômica da cidade segundo os eixos alto/baixo, refinamento/selvageria, avanço tecnológico/atraso, centro/periferia que acabaram por influir nas políticas públicas, especialmente na segurança. Mas tal imagem bipolar não consegue representar a peculiar mistura da ordem e da desordem, nem a tensão entre o pessoal e o impessoal, entre o moderno e o antigo, que sempre caracterizou o Rio de Janeiro. Nem muito menos a sua intensa criatividade na música, com a criação

de vários gêneros musicais, e outras formas de expressão culturais a meio caminho entre o erudito e o popular, entre a Zona Sul e a Zona Norte, o pobre e o rico, criatividade e mistura também peculiares à cidade, nas quais a favela e seus moradores participaram decisivamente.

São inúmeros os livros sobre a história musical do Rio de Janeiro que falam dos encontros entre os músicos e literatos eruditos com os poetas e compositores populares, da mistura de gêneros e estilos musicais que sempre marcou a produção cultural do Rio de Janeiro (Velloso, 1996; Cabral, 1996; Gardel, 1995; Braga, 1997). A favela constituiu, sobretudo, o espaço onde se produziu o que de mais original foi criado culturalmente na cidade: o samba, a escola de samba, o bloco de carnaval, a capoeira, o pagode de fundo de quintal, o pagode de clube. Mas onde também se faz outro tipo de música, globalizada (como o *funk* e o *hip hop*).

Portanto, o desenvolvimento da cidade já se deu por duas vias: uma de diálogo e encontro entre ilustrados e humildes moradores na produção artística; outra de repressão e desconfiança na política de segurança implementada pelas Polícias, mais particularmente a Polícia Militar a partir do início dos anos 1970, exatamente quando começava a crescer o tráfico de drogas e de armas na cidade (Zaluar, 1994 e 1998). Muitos desencontros foram sendo produzidos ao longo dos últimos 40 anos, desencontros que resultaram na concentração de homicídios e outros crimes violentos justo nas áreas de povoamento mais antigo da cidade: a AP1 e a AP3 (Ribeiro, 2009), berço das mais importantes escolas de samba, blocos de carnaval e muitas outras formas de associação vicinal que marcaram a imagem alegre e sociável da cidade no país e no mundo.

Técnicas de estimativas demográficas indiretas, a partir de dados censitários, permitem a comparação entre diferentes Regiões Administrativas (RA) da cidade do Rio de Janeiro, entre as quais figuram as cinco mais populosas favelas em diferentes zonas da cidade. Por meio delas é possível identificar as regiões de maior risco de mortes violentas, estimando a probabilidade de morrer

jovem, antes dos 30 anos para quem sobreviveu até os 15 anos, visto que nesta faixa de idade 80% das mortes são violentas (Monteiro, 2008). As diferenças entre as RAs são significativas: na Lagoa, bairro de alta renda familiar, 3,1% dos nascidos vivos não completa 30 anos; no Complexo do Alemão, conjunto de favelas de renda familiar baixa, 12,9% morre antes dos 30. As outras três RAs com maior percentual de jovens que não chegam aos 30 são favelas dominadas por traficantes: Jacarezinho (10%), Maré (9%), Rocinha (9%). Mas em Cidade de Deus é bem menor: 6% (*ibidem*). As áreas mais violentas não coincidem totalmente com as mais pobres.

Quando localizadas no mapa da cidade, quatro das RAs, onde o risco de morrer jovem é maior, estão localizadas perto da baía da Guanabara e do Aeroporto Tom Jobim, por onde chegam navios e aviões, assim como ao longo da avenida Brasil, por onde passa o transporte rodoviário que liga o Rio de Janeiro a São Paulo, e outros estados limítrofes com os países produtores de drogas ilegais. Também as etnografias feitas anteriormente e as longas entrevistas realizadas com ex-traficantes revelaram o porquê: as transações entre traficantes e fornecedores são feitas nas principais vias de acesso à cidade em postos de combustível, motéis etc. (Pereira, 2009)

Isto porque, segundo dados da pesquisa domiciliar de vitimização realizada em 2005-2006, a Polícia Militar é mais violenta e menos presente nas favelas, nos bairros pobres dos subúrbios, especialmente na AP 3 onde estão as quatro favelas que apresentaram maior risco de morte antes dos 30 anos. Ela dispara dez vezes mais tiros nas favelas do que no asfalto. O barulho de tiros, por exemplo, é ouvido por 60% dos entrevistados na AP 3 (nos subúrbios), 65% na AP1 (Centro), mas por 30% no resto da cidade.

A pesquisa de vitimização também revelou o paradoxo da cidade: nas áreas mais pobres, onde a violência é maior, a muito boa convivência entre vizinhos, marca da cultura carioca, é também maior. Esta convivência, assim considerada pelos entrevistados, apresenta proporções maiores nas áreas em que vivem

os pobres: AP1 (52%), AP3 (39%) e AP5 (36%), correspondentes respectivamente ao Centro, aos subúrbios e à Zona Oeste, enquanto que nas zonas ricas da cidade encontra-se metade desta boa convivência: AP2 com 20%.

Nessas áreas mais pobres da cidade, a AP1 e a AP3 e AP5, se encontram os percentuais mais altos de confiança nos vizinhos. Na AP1 67,9% dos moradores afirmou confiar na maioria deles ou em alguns vizinhos; 53,3% dos moradores da AP5; 48,8% dos moradores da AP3. Em contrapartida, os moradores da AP2 (com 4,8%) e os da AP4 (com 4,1%) são os que menos conhecem seus vizinhos, justamente os moradores das áreas com maior IDH da cidade, maior renda e escolaridade (Ribeiro, 2008).

Como explicar o paradoxo que nega as teorias recentes, que explicam a maior ou menor criminalidade pelos indicadores de capital social e eficácia coletiva, baseadas na maior sociabilidade e confiança entre vizinhos?

Uma das conclusões das pesquisas etnográficas feitas por nós no Rio de Janeiro sugere que, no Brasil, impera a conjunção entre a facilidade de obter armas de fogo e a penetração do crime organizado na vida econômica, social e política do país. Aqui o estilo de tráfico da cocaína, introduzido a partir do final dos anos 1970, trouxe uma corrida armamentista entre quadrilhas e comandos de traficantes. Este é o quadro dos bairros de subúrbios no Rio de Janeiro e das favelas. Só o trabalho de campo etnográfico permitiu entender como algumas terminam concentrando intensa atividade de quadrilhas ligadas ao tráfico de drogas, com elevadas taxas de homicídios por conta da dinâmica de conflito em torno, primeiramente, da boca de fumo e, posteriormente, do território dominado pela quadrilha (Zaluar, 1994; Zaluar, 2004).

A informalidade e a maior tolerância para com os desviantes, especialmente no que diz respeito ao uso de uma das drogas ilegais – a maconha – de uso secular entre escravos e ex-escravos no Brasil, abriu o caminho para o estabelecimento das “bocas de fumo” nas favelas do Rio de Janeiro, inicialmente sem guerra de quadrilhas. Este é um dos elementos que permitem compreender

a facilidade com que se deu o domínio dos traficantes armados sobre os seus territórios a partir dos anos 1970. Mais isolados internamente e alvo de desconfiança e medo dos seus vizinhos prósperos, os bairros pobres e as favelas, onde moram os pobres, embora tenham historicamente contado com grande capacidade organizativa que se concretizou nas escolas de samba, blocos de carnaval, times de peladeiros, assim como associações de moradores, não contam hoje com os serviços públicos de qualidade na saúde e na educação, e têm de enfrentar os efeitos desastrosos da falta de policiamento, com incursões eventuais e violentas de forças policiais que não se guiam pelas normas estabelecidas na lei.

Sem contar com os controles informais que se enfraqueceram no processo de militarização dos traficantes, nem com a mediação de conflitos entre estes últimos – sempre disputando o controle dos pontos de venda e de poder local –, o poder policial entra em locais já conflagrados pelo conflito armado. Em um círculo vicioso infundável, esta situação só faz reforçar aquelas práticas policiais baseadas no seu poder de fogo e na perspectiva das práticas repressivas da “guerra contra os inimigos internos” estabelecidas nas últimas décadas. Mas a polícia não pode fazer guerra contra cidadãos trabalhadores, crianças, idosos, jovens estudantes e donas de casa, nem até mesmo contra suspeitos de praticarem crimes. A ideia da guerra contra outro poder armado “paralelo”, com alta capacidade de corromper, dificulta enormemente a adesão às normas legais que deveriam orientar a ação policial.

De fato, o comércio de drogas tornou-se sinônimo de guerra em muitos municípios do Brasil, mas com diferenças regionais entre cidades e entre bairros na mesma cidade. No Rio de Janeiro, mesmo que não completamente coordenado por uma hierarquia mafiosa, o comércio de drogas tem um arranjo horizontal eficaz pelo qual, se faltam drogas ou armas de fogo em uma favela, esta imediatamente as obtém das favelas aliadas. As quadrilhas ou co-

mandos conciliam os dispositivos de uma rede geograficamente definida, que inclui pontos centrais ou de difusão, e outros que se estabelecem na base da reciprocidade horizontal. Nesta cidade, as armas de fogo são mais facilmente obtidas por causa dos portos e vários aeroportos, assim como os mais importantes depósitos de armamentos das Forças Armadas que estão dentro do seu território. Muitos furtos ocorreram e continuam ocorrendo em tais depósitos, onde não impera o controle de estoque apropriado. Conseqüentemente, o tráfico de drogas tornou-se mais facilmente militarizado. Resumindo o que já apresentei em textos anteriores, o porte de armas de fogo pelos traficantes se explica pela lógica da guerra: competidores se tornam inimigos mortais que é preciso dissuadir pelo aumento progressivo do arsenal de armas e homens da quadrilha. Esta lógica se expande nos pequenos grupos aos quais pertencem os jovens que passam a andar armados para evitar serem vitimizados pelos seus pares armados, para impor respeito e para gozar do prestígio adquirido com a posse de armas (Zaluar, 1994 e 1998; Alvito, 1998; Dowdney, 2005). A grande quantidade de armas disponíveis para os jovens moradores das favelas, grande parte das quais exclusivas das Forças Armadas Brasileiras, são também trazidas por policiais corruptos¹ ou por contrabandistas.

Em algumas regiões pobres da cidade, os quatro Comandos que controlam os morros dividiram militarmente não apenas as favelas, mas também as ruas próximas. É preciso prestar atenção para não cair nas mãos de “alemães”. Além disso, as ruas são pouco iluminadas e a polícia não vai ali senão em patrulhas raras violentas ou “*blitzen*”. Por isso, os traficantes das favelas reinam sem muitos problemas nas ruas dos bairros mais longínquos. Trata-se, para eles, de impedir fornecedores independentes de droga de vender sua mercadoria ali ou de mostrar seu poder de fogo. Quando o “proprietário dos morros” avista um vendedor não autorizado, ameaça-o. Se este último insiste, e enfrenta a quadrilha, é morto. Não se pode vender drogas sem ser autorizado pelo dono. Se o traficante ou o policial corrom-

pido suspeita que os bandidos menos importantes estão ganhando muito dinheiro, estes podem passar pela experiência de serem agredidos, torturados ou extorquidos. A situação, como dizem, fica “sinistra”. Eles podem ser mortos por um ou por outro. Em suma, não é nem a cidade nem a favela que é violenta, é o tráfico de drogas ilegais e a Polícia que o combate que se tornaram muito violentos.

Há, portanto, os efeitos político-institucionais pouco analisados na literatura e que revelam como a criminalidade violenta aumenta a pobreza e os sofrimentos dos pobres. Isto na medida em que os obriga a viver entre dois fogos e duas tiranias – a dos traficantes e a das polícias justamente nas áreas subnormais, especialmente nos subúrbios cariocas, berço da cultura associada ao ser carioca. Esta criminalidade impede também o acesso aos serviços e instituições do Estado presentes, tais como escolas, postos de saúde, quadras de esporte e vilas olímpicas com as restrições ao ir e vir dos moradores e dos profissionais que atendem a população pobre.

Sobretudo, nas favelas e bairros pobres adjacentes, não há policiamento nem muito menos investigação, tal como acontece nos bairros mais ricos da cidade. Este é um elemento importante na equação que vai explicar a existência de pontos quentes de crimes violentos, especialmente o homicídio, um crime quase nunca investigado nas áreas onde há favelas dominadas por traficantes. Além da vulnerabilidade que a pobreza cria, a rede de relações sociais e a rede de proteção institucional do sistema de justiça têm enormes falhas em tais locais, não conseguindo suprir a demanda local (Monteiro, 2009; Ribeiro, 2009), embora muitos deles, como Madureira, tenham alta atividade comercial e muitas atividades esportivas e culturais vinculadas a associações vicinais.

Tal constatação é confirmada por levantamento do homicídio em São Paulo feito por Oliveira & Pavez (2002), que o aponta claramente como um crime de pobres contra pobres. As pesquisadoras ressaltam dois aspectos

tos que mais as impressionaram: 46,3% dos bairros visitados, todos nas zonas mais pobres da cidade, não contam com ronda policial. A maior parte dos casos decorre de conflitos banais na periferia que poderiam ser evitados com políticas públicas que criassem formas de mediação na vizinhança, nos bares, na escola, na família. Por fim, a maior parte das vítimas teve morte anunciada e seus familiares sabiam do destino por terem essas vítimas vinculações com traficantes de drogas ilegais, seja como usuários contumazes, seja por envolvimento nas suas atividades ilegais.

As armas e a ecologia do crime

Não há a menor dúvida de que a difusão do uso de armas de fogo para resolver conflitos comerciais, passionais e de pequenas desavenças deu-se no ambiente das favelas pela facilidade em obtê-las e pela socialização que se dá nas ruas e vielas. Crianças e adolescentes crescem vendo a exibição ostensiva das armas como símbolos de poder e o seu uso cruel para punir ou vingar quem atravessa o caminho dos traficantes armados e dos policiais corruptos. O contágio de ideias e posturas da crueldade e insensibilidade ao sofrimento alheio se espalham entre eles.

Do mesmo modo que o uso das drogas, o porte de armas de fogo se explica pelo contexto socioeconômico dos pequenos grupos a que pertencem os jovens. Muitos estudos, sobretudo os feitos nos Estados Unidos, apontam o grupo de pares como o maior preditivo de delinquência entre homens jovens, especialmente os crimes violentos mais graves e o hábito de portar armas (Myers *et.al.*, 1997). A família poderia influir direta ou indiretamente, mas é a rede de relações do jovem com outros jovens de sua idade ou com jovens de idade superior que aparecem como mais importantes para se entender o seu comportamento. Os que portam armas constituíram 20% da amostra de adolescentes negros entre 12 e 15 anos entrevistados.

Estes jovens mencionam 19 vezes mais do que os que não portam armas que têm colegas também portadores de armas de fogo (*ibidem*).

Tais estudos procuram entender porque jovens que de outra maneira não andariam armados, passaram a fazê-lo para evitar serem vitimados pelos seus pares armados, para impor respeito e para gozar do prestígio adquirido com a posse de armas. Pois, mais do que uma inclinação natural dos homens jovens pobres à violência, o que explica o aumento da taxa de homicídios nos locais onde vivem é a alta concentração de armas nestes locais. É isso que cria o que o criminologista Jeffrey Fagan (2005) da Universidade de Columbia chamou “*ecology of danger*”. Depois de entrevistar 400 jovens nas vizinhanças mais perigosas de Nova Iorque, descobriu que a violência se expandiu nessas vizinhanças entre 1985 e 1995 pelo contágio de ideias e posturas.

Este é outro círculo vicioso encontrado também no Brasil. Nas várias pesquisas de campo que realizei com assistentes de pesquisa no Rio de Janeiro, também sempre foi assinalada, desde 1980, a facilidade e a quantidade de armas disponíveis para os jovens moradores das favelas tidas como perigosas. E nelas jovens passam a andar armados para se proteger de outros jovens armados; juntam-se a quadrilhas por crer que assim contarão com a sua proteção militar, jurídica, política e pessoal; preparam-se para a guerra, aprendem a ser cruéis e a matar sem hesitação outros jovens pobres como eles que fazem parte dos comandos, quadrilhas ou favelas “inimigas”. Acreditam que permanecerão impunes nesse crime e acabam, eles também, como vítimas nas estatísticas sobre os homicídios no país.

Tal *ethos* guerreiro, de hipermasculinidade ou de excesso na virilidade agressiva e destrutiva, ao qual aderem os jovens atraídos pelas quadrilhas, impregna o lugar onde os meninos crescem. Pois é nas ruas que eles são em parte socializados nessa configuração analisada por Norbert Elias (Elias & Dunning 1993, pp. 10-11). Ao adotar seus códigos ou suas práticas sociais

não conscientes, eles procuram conquistar o respeito e a consideração dos membros da quadrilha, para serem aceitos e construírem uma reputação. Alguns acham que este contexto social é uma composição natural e eterna da interação social. Não é. Entre estes, vários têm amigos ou parentes que fazem parte da rede de traficantes e não ousam contrariar as regras do “contexto”, um termo empregado para falar da situação de poder existente na favela. É assim que se tornam conformistas e perdem a autonomia, passando a ser chamados pelos trabalhadores locais de “teleguiados”. É assim que são progressivamente preparados para entrar na guerra e matar impiedosamente seus inimigos. Nesse processo, vão sendo anestesiados para o sofrimento que possam infligir aos outros.

Contudo, os jovens favelados que aprendem a ser cruéis na rua, recebem de fora os instrumentos de seu poder e de seu prazer. Isto se torna possível em razão de funcionamentos institucionais apropriados e da influência de valores que os impelem à busca das sensações do crime violento e do dinheiro fácil. Entretanto, para além das conexões da causalidade objetiva, mesmo as que têm lugar no plano simbólico, são poucos os meninos, e não todos submetidos às mesmas condições, que “delegam ao mundo os poderes que os seduzem à criminalidade” (Katz, 1988). Nesse arranjo interno, agem enquanto autores de suas ações. Para os meninos atraídos, então, a fonte principal da soberba vem do fato de que fazem parte da quadrilha, utilizam armas de fogo, associam-se para o roubo e a pilhagem, tornam-se célebres por causa disto tudo, e, se possuem a “disposição” apropriada, poderão um dia subir na hierarquia do crime (Zaluar, 1985 e 1994). Mas continuam morando junto aos seus familiares, entram e saem das escolas, e participam das atividades cotidianas de suas vizinhanças.

Portanto, é preciso dizer que a situação encontrada nas favelas brasileiras não é tão grave do ponto de vista da militarização das crianças e adolescentes como a vivida em países africanos e europeus do leste, onde há confli-

tos étnicos armados. Nestes países, crianças são afastadas de suas famílias para se incorporar a forças militares nas quais são treinadas para a guerra. Nos conflitos étnicos, crianças não são poupadas como alvo da atividade guerreira. Elas, assim como as mulheres de todas as idades, são vítimas do morticínio, assim como seus autores. Os soldados das guerras civis não vão à escola, não participam das atividades cotidianas nas vizinhanças em que vivem (Wessell, 1998). São partes integrantes dos exércitos militares ou paramilitares. As ações propostas para recuperar estas crianças apontam para a importância de desmobilizá-los, banir qualquer possibilidade de recrutamento futuro e reestabelecer o contato com suas famílias, com suas comunidades civis, reintegrando-as às atividades cotidianas culturais fora ou dentro da escola (*ibidem*).

Outras conclusões de nossos estudos etnográficos afirmam que, além da inegável importância do esporte na pacificação dos costumes (DaMatta, 1982; Zaluar, 1994), outro processo se espalhou pelo Rio de Janeiro: a instituição de torneios, concursos e desfiles carnavalescos envolvendo bairros e segmentos populacionais rivais. Desde o início deste século, os conflitos ou competições entre bairros, vizinhanças pobres ou grupos de diversas afiliações eram apresentados, representados e vivenciados em locais públicos que reuniam pessoas vindas de todas as partes da cidade, de todos os gêneros, de todas as idades, criando sociações, ligações, encenações metafóricas e estéticas das suas possíveis desavenças, seguindo regras cada vez mais elaboradas. O samba reunia também pessoas de várias gerações, constituindo uma atividade de lazer frequentada por toda a família, o que quer dizer que nos ensaios, nas diversas atividades de preparação do desfile, no barracão onde juntos trabalhavam, os valores e regras da localidade e da classe conseguiam ser transmitidos de uma geração para outra, mesmo que não completamente.

Apesar dos sinais de que a classe social estaria partida, as organizações vicinais paralisadas onde traficantes e milicianos dominam o território, e

movimentos sociais esvaziados ou cooptados por políticos clientelistas, apesar do processo civilizador ter sido interrompido, provocando a explosão de violência intraclasse e intrassegmento que não se pode explicar pelo econômico apenas, a convivência com pessoas de diversas faixas etárias ocupa um local de suma importância nos espaços familiares, de trabalho e de lazer. Continuaram sendo importantes a memória e a transmissão oral de conhecimentos nos ofícios, tanto no mundo do trabalho, quanto no samba e nas práticas esportivas, a partir de uma tradição passada pelos mais velhos na rua, no bairro, na associação vicinal. A convivência intergeracional também permaneceu na família, na qual os mais velhos cuidam da educação dos mais novos, tendo vínculos biológicos ou não, aconselhando e orientando para o estudo, encaminhando-os, sem obrigações formais, para longe de atos violentos (Ribeiro, 2009).

As soluções apontadas nos estudos que seguem o diagnóstico da pobreza e desigualdade relativa vivida pelos jovens não brancos (ou sua exclusão) são unânimes em advogar a ampliação da escolaridade dos jovens; mecanismos compensatórios que aumentem a renda dos jovens extremamente pobres, como a bolsa escola ou bolsa família; por fim, mais unanimemente ainda, o acesso dos jovens à cultura, à música, ao esporte, ao lazer e à tecnologia digital, todos visando aumentar suas chances de “inclusão”. Nenhum se propõe a considerar a cidadania pelo ângulo da civilidade, das obrigações mútuas que os cidadãos devem adotar entre si para conviver socialmente e de modo civilizado, mesmo que em conflito.

Para estes pesquisadores, a dimensão simbólica seria tão ou mais importante do que a renda para os jovens. Grande parte dos projetos, especialmente os desenvolvidos pelas ONGs em parceria ou não com o poder público, segue esta perspectiva da inclusão baseada na “identidade”. Mas o diagnóstico devedor dos argumentos da teoria da exclusão não é devidamente aprofundado. Não resta dúvida que o jovem vulnerável, em risco,

ver-se-ia desvinculado das instituições encarregadas de formá-lo – a família, a comunidade, a escola – e, com a autoimagem fraturada, acabaria sob a influência do grupo de pares.

Sem dúvida, a abordagem via rede social tem sido cada vez mais explorada na perspectiva de uma epidemia da violência, do uso de drogas e de armas pelo contágio social, pela imitação e pela pressão do grupo no qual o jovem quer ser aceito por se sentir afastado dos pais, da escola e de outros protetores adultos que não cumprem suas finalidades de proteção, atenção e cuidado. Mesmo admitindo que a pobreza impõe dificuldades no viver que propicia a marginalização do jovem, é preciso nunca perder de vista que a categoria “pobres” é altamente diferenciada em termos das proteções e apoios recebidos pelos jovens em questão nas vizinhanças onde vivem.

O aprofundamento dos conhecimentos sobre os mecanismos de marginalização aponta com mais precisão os processos que provocam os desligamentos, afastamentos e rupturas nas ligações sociais dos jovens com os adultos que deveriam formá-los. Pais que não prestam atenção na companhia dos filhos são pais inadequados.² A escola que marginaliza os jovens antes de completar o ciclo básico é de má qualidade. Políticas públicas que juntam jovens que já praticaram atos delinquentes estão destinadas ao fracasso por estarem facilitando essa dinâmica do contágio de ideias e comportamentos. E a guetificação, evidentemente, seria o local propício para a sua propagação por isolar uma população pobre, que apresenta um percentual alto de famílias com “paternidade falha” (Fagan, op.cit.).

Entretanto, os efeitos combinados da pobreza e da urbanização acelerada têm que ser examinados também pelo ponto de vista da disseminação de uma cultura urbana tolerante, civilizada e respeitadora das diferenças. De fato, a urbanização muito rápida não permite que as práticas sociais urbanas de tolerância e civilidade sejam difundidas entre os novos habitantes das cidades, nem que os valores morais tradicionais sejam interiorizados

do mesmo modo pelas novas gerações da cidade. Assim, muitos homens jovens e pobres se tornaram vulneráveis às atrações do crime-negócio por causa da crise em suas famílias, muitas delas incapazes de lidar com os conflitos surgidos na vida urbana mais multifacetada e imprevisível. Vulneráveis também por causa do abismo entre adultos e jovens, por causa do sistema escolar ineficaz e da falta de treinamento profissional, adicionado aos postos de trabalho insuficientes. E se tornaram violentos por causa da falta de socialização na civilidade e nas artes da negociação, próprias do mundo urbano cosmopolita mais diversificado e menos segmentado em grupos fechados de parentesco ou localidade. Foi isto que apresentei como os argumentos para sustentar a ideia de “integração perversa” ao sistema econômico (Castels & Mollenkopf, 1992; Zaluar, 2000), formada na vinculação em posições menores no tráfico de drogas. Mas essa capacidade organizativa e socializadora continua a existir, bastando articulá-la a estratégias de pacificação nas áreas mais violentas da cidade.

No Brasil, não se trata, como na África, Ásia e Europa do Leste, onde exércitos mobilizam crianças e adolescentes, de trazer a criança de volta à escola, à família, à vizinhança, deixando de ser soldados. Trata-se de melhorar a escola de modo que não se tornem defasados no estudo e acabem evadindo dela. Trata-se, portanto, de diminuir o contingente de jovens pobres que não trabalham nem estudam, que vagam pelas ruas, que reforçam as hostes dos que procuram as quadrilhas para se sentirem protegidos e encontrarem fontes de poder, dinheiro e aceitação de seus pares.

Mesmo assim, projetos baseados na vizinhança, em que os moradores adultos arranjam atividades para acompanhar e socializar as crianças e adolescentes em situação vulnerável, não podem ser descartados. As escolas de samba, os blocos de carnaval e os milhares de escolinhas de esporte espalhadas pela cidade devem ser apoiados, tanto quanto os novos projetos que desenvolvem identidades ou estilos juvenis globalizados, como os do *hip-hop* e do

reggae. Muitos adultos já estão mobilizados para isso, mas faltam-lhes apoio público e reconhecimento. Como o trauma resultante das experiências de violência é coletivo (Reichenberg & Friedman, 1996), estas iniciativas são mais exitosas em atrair os moradores jovens e iniciar diálogo com eles do que programas que focam no indivíduo (Wessells, op.cit.). Neles, as famílias dos jovens podem também ser envolvidas e passar a participar do seu crescimento. As formas de associação vicinal implantadas na cidade do Rio de Janeiro ao longo do século XX têm exatamente este espírito e constituíram, portanto, veículos importantes para se chegar aos jovens desgarrados das instituições que deveriam prepará-los para a vida adulta.

É claro que, pelo que já foi exposto, os projetos têm que incluir o objetivo de reduzir o acesso e a posse de armas de fogo pelos jovens, pois é isso que os mata. As armas que portam vêm, pelo menos desde o final dos anos 1970, de depósitos das Forças Armadas, do contrabando, dos estoques das Polícias Militares e também dos poucos que guardam armas em casa ou andam armados na rua. Primeiramente, é preciso, pois, estancar o fluxo que parte dos depósitos militares e das fronteiras do país.

Notas

- 1 De acordo com o General Social Survey dos EUA, 45% dos domicílios têm uma arma de fogo e em mais da metade destes domicílios, mais de uma arma. No Brasil, dados de uma pesquisa domiciliar coordenada pela Organização Pan-Americana de Saúde em 1997 indicam que, na cidade do Rio de Janeiro, apenas 4,5% da população declara ter uma arma de fogo em casa. Em São Paulo, dados mais recentes, de 2003, de uma pesquisa domiciliar realizada pelo Instituto Futuro Brasil, permitem calcular que apenas 2,5% dos domicílios têm alguém com arma em casa.
- 2 O perfil das mães brasileiras, divulgado pelo IBGE com base no censo 2000, alerta que de 1991 a 2000 o número de jovens de 10 a 14 anos que foram mães pela primeira vez subiu 93,7%. O segundo maior aumento, 41,5%, foi no grupo de 15 a 19 anos. Segundo o IBGE em 1991, 35% dos bebês nascidos eram filhos de mães com idades entre 10 e 19 anos; em 2000 este número subiu para 38%. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas apontou que

na faixa de 15 a 19 anos, a fecundidade das cariocas é 5 vezes maior nas favelas do que nos bairros de renda mais alta. A pesquisa indicou que em cada 100 jovens desta faixa etária há 26,6 filhos; em um mesmo grupo na Zona Sul o número cai para 5,4 filhos.

Bibliografia

ALVITO, Marcos

1998 *As Cores de Acari*, tese de doutorado, USP, São Paulo.

BAUMAN, Zygmunt

2003 *Comunidade – A busca por segurança no mundo atual*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

BRAGA, Sebastião

1997 *O Lendário Pixinguinha*, Rio de Janeiro, Muiraquitã.

BADIANE, A. & VANDERSHUEREN, F. (editors)

1995 *Pauvreté urbaine et accès à la Justice*, Editions Sankoré, UMP, l'Harmattan, Paris.

BURSIK, R.

1986 *Delinquency Rates as Source of Ecological Change*. New York, Berlin/Heidelberg.

CABRAL, Sergio

1996 *As escolas de samba do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Lumiar Editora.

COHEN, Lawrence E. & FELSON, Marcus

1979 “Social Change and Crime Rate Trends: a Routine Activity Approach”, *American Sociological Review*, vol. 44.

DAMATTA, Roberto

1882 “Esporte e Sociedade”, em *Universo do Futebol*, Ed. Pinakothke, Rio de Janeiro.

DOWDNEY, Luke

2005 *Neither War nor Peace*, Ed. Viva Rio, ISER, IANSA, Rio de Janeiro.

DUBET, François

1987 *La galère: jeunes en survie*, Ed. Fayard, Paris.

ELIAS, Norbert & DUNNING, Eric

1993 *Quest for Excitement, Sport and Leisure in the Civilizing Process*, Blackwell, Oxford.

FAGAN, Jeffrey Policing

2005 “Guns and Youth Violence”, em *Children, Youth, and Gun Violence*, Vol. 12, nº 2, www.futureofchildren.org.

FOOTE-WHYTE, William

1943 *Street Corner Society*, University of Chicago Press, Chicago.

GARDEL, André

1996 *O encontro entre Bandeira e Sinhô*, Rio de Janeiro, Biblioteca Carioca.

GODBOUT, J. T.

1997 *O Espírito da dádiva*, Lisboa, Instituto Piaget.

HABERMAS, Jurgen

1994 *The Structural Transformation of the Public Sphere*, The MIT Press, Cambridge, MA.

HALL, Stuart

1980 *Resistance through Rituals*, Hutchinson, CCCs, Birmingham.

HANNERZ, Ulf

1981 *Exploring the City*, Columbia University Press, Nova Iorque.

HUNTER, Albert

1985 “Private, parochial and public social orders: the problem of crime and incivility in urban communities”, in SUTTLES, G., ZALD, M. (Eds). *The Challenge of Social Control*. Norwood, NJ, Ablex Publishers.

JACOBS, Jane

1993 *The Death and Life of Great American Cities*, New York, The Modern Library.

KATZ, Jack

1988 *The Seductions of Crime*, 1a. ed. Nova Iorque, Basic Books.

LAGRANGE, Hughes

1995 *La civilité a l'épreuve: crime et sentiment d'insecurité*, Presses Universitaires de France, Paris.

MATZA, David

1969 *Becoming Deviant*, Prentice Hall, New Jersey.

MONTEIRO, Rodrigo

2009 *Prevenção da violência: o caso de projetos sócio-esportivos nos subúrbios cariocas, tese de doutorado*, IMS/ UERJ.

MYERS, G. P.; MCGRADY, G. A.; MARROW, C.; MUELLER, C. W.

1997 "Weapon Carrying Among Black Adolescents: A Social Network Perspective", in *American Journal of Public Health*, 1038. American Public Health Association, Jun.

OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho & PAVEZ, Graziela Acquaviva

2002 *Reflexões sobre justiça e violência, o atendimento de vítimas de crimes fatais*, editoras Educ- Imprensa Oficial, São Paulo.

PUTNAM, Robert D.

2006 *Pluribus Unum: Diversity and Community in the Twenty-first Century*, The Johan Skytte Prize Lecture.

PEREIRA, Luiz Fernando A.

2008 *Meninos e Lobos, Trajetórias de Saída do Tráfico na Cidade do Rio de Janeiro*, tese de doutorado, Instituto de Medicina Social, IMS/ UERJ.

RIBEIRO, Ana Paula Alves

2009 *Novas Conexões, Velhos Associativismo - Projetos sociais em escolas de samba mirins*, tese de

doutorado, IMS/ UERJ.

REICHENBERG, Dita & FRIEDMAN, Sara

1996 “Traumatized Children. Healing the Invisible Wounds of War: A Rights Approach”, in DANIELI et al. 1996. *International Responses to Traumatic Stress*. Amityville, New York: Baywood.

SAMPSON, Robert. J., RAUDENBUSH, Stephen. W. & EARLS, F.

1997 “Neighbourhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy”, *Science* 277, pp. 918–24.

SAMPSON, Robert J., MORENOFF, Jeffrey D. & GANNON-ROWLEY, Thomas

2002 “Assessing Neighborhood Effects: Social Processes and New Directions in Research”. *Annual Reviews Sociology*, vol. 28, pp. 443-78.

SAMUEL, Raphael

1981 *East End Underworld*, Routledge and Kegan Paul, Londres.

SAVAGE, John

2009 *A Construção da Juventude*, Rio de Janeiro, Editora Rocco.

SHAW, C.R.; MCKAY H.

1969 *Juvenile Delinquency and Urban Areas*, Chicago, The University of Chicago Press.

VANDERSCHUEREN

1996 “From Violence to Justice and Security in Cities” *Environment and Urbanization*, Vol. 8, nº 1, April.

VELLOSO, Monica Pimenta

1996 *Modernismo no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas.

WEBER, Max

1958 *The City*, New York, The Free Press.

WESSELLS, Michael G.

1998 “Children, Armed Conflict, and Peace”, in *Journal of Peace Research*, vol 35, nº5, pp. 635-646, Londres.

ZALUAR, Alba & CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira

2007 “Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro, que paz?”. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, vol. 21, nº 2, p. 89-101, jul./dez.

ZALUAR, Alba

1985 *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*, São Paulo, Brasiliense.

1994 *Condomínio do diabo*, Rio de Janeiro, Revan, UFRJ, 1994.

1998 “Para não dizer que não falei de samba”, in *História da Vida Privada no Brasil vol.IV*, São Paulo, Cia das Letras, 1998.

2000 “Perverse Integration: Drug Trafficking and Youth in the *Favelas* of Rio de Janeiro”, *Journal of International Affairs*, vol. 53, nº 2, pp. 654-671, New York.

2004 *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*, Rio de Janeiro, Editora FGV, Rio de Janeiro.

ABSTRATC: This article discusses the limitations of the hypothesis that ties poverty to violent criminality based on new ecological theories about the concentration of certain crimes in urban areas. We consider how the weakening of interpersonal, inter-generational and inter-peer bonds contributed to the disruption of the social linkages and provided a sense of impunity, because what distinguishes the poor neighborhoods of the wealthy ones, even in those where there are similar numbers of occurrences, is the record of those crimes, which is lower in the poor ones. The diversity and anonymity, concomitant with the greater freedom of the townspeople *vis-à-vis* the gentlemen and figures of authority on private domains, were accompanied by the decrease of informal social control over the youth, due to weakened social bonds and the lack of confidence between neighbors, witch would result in the increase of the criminality. This is the core or the ecological approach, seen through the situation lived in Rio de Janeiro and its paradoxes.

KEYWORDS: Violence, youth, poverty, neighborhood, informal social control, confidence, police, human ecology.

Recebido em junho de 2010. Aceito em novembro de 2010.